



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ACTA NÚMERO 26/XII/1.^a SL

Aos seis dias do mês de Dezembro de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

Audições no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 25/XII (GOV) - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objecto dessa renovação:

11H00 – União Geral de Trabalhadores (UGT);

12H00 – Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN);

15H00 – Confederação Empresarial de Portugal (CIP);

16H00 – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), iniciou a reunião cumprimentando a delegação da UGT, integrada, respectivamente, pelo Secretário-Geral, Eng.º João Proença, pelo Presidente, Dr. João de Deus, e pelo secretário nacional responsável do gabinete jurídico, Dr. Carlos Alves.

O Secretário-Geral da UGT, após os agradecimentos iniciais, fez uma intervenção sublinhando que aquela proposta de lei consagra uma medida excepcional em período de crise, de duração limitada. De seguida usaram da palavra, para tecer considerações e pedir esclarecimentos, os Deputados Miguel Laranjeiro (PS), Adriano Rafael Moreira (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE). O Secretário-Geral da UGT usou, de seguida, da palavra para responder às questões e comentários suscitados.

Em seguida, deu-se início à audição da CGTP-IN, que se fez representar, respectivamente, por dois dirigentes da Comissão Executiva, Senhores Arménio Carlos e João Lourenço, e pela Directora da Interjovem, Anabela Laranjeira.

Após uma intervenção inicial de Arménio Carlos, que expôs as ideias gerais daquela confederação sobre a iniciativa legislativa em apreço, criticando os argumentos em que o Governo fundamentou a sua apresentação, intervieram os Senhores Deputados Miguel Laranjeiro (PS), Adriano Rafael Moreira (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE). A directora da Interjovem bem como os directores da Comissão Executiva da CGTP-IN usaram então da palavra para responder às questões levantadas.

A reunião foi interrompida pelas treze horas, tendo sido retomada pelas quinze horas e dez minutos.

O Senhor Presidente da Comissão reiniciou a reunião cumprimentando a delegação da CIP (Confederação Empresarial de Portugal), que se fez representar pelo Dr. Gregório Rocha Novo, Director-Geral Adjunto, e pelo Dr. Nuno Biscaya, do Departamento de Assuntos Jurídicos.

O Director-Geral Adjunto da CIP usou da palavra para se pronunciar sobre a proposta de lei em apreço. Em seguida intervieram os Senhores Deputados Mário Ruivo (PS), Teresa Costa Santos (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE), tendo, a final, o representante daquela confederação respondido às questões levantadas.

Por último, teve lugar a audição da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), representada pelos Vice-Presidentes Dr. Vasco de Mello e Sr. Marcelino Pena Costa. Após uma intervenção inicial, intervieram os Senhores Deputados Miguel Laranjeiro (PS), Adriano Rafael Moreira (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE). A final, os Vice-Presidentes da CCP presentes responderam às questões suscitadas.

As audições foram integralmente gravadas em suporte áudio e vídeo, podendo ser consultadas na página internet da Comissão, razão pela qual se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Concluídas as audições, o Senhor Presidente pôs à consideração da Comissão a metodologia de trabalho subsequente na apreciação da Proposta de Lei n.º 25/XII.

Interveio em primeiro lugar o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) para dizer que, na próxima sexta-feira, dia 9 de Dezembro, dever-se-ia proceder à votação final global daquela proposta de lei. Nessa circunstância, sugeriu o dia 7 de Dezembro pelas 13H00

como data-limite para a apresentação de propostas de alteração e que a discussão e votação na especialidade fosse agendada para esse mesmo dia após o Plenário.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) secundou aquela proposta, fazendo notar que, não sendo excessivamente complexa a proposta de lei em questão e ocorrendo um feriado na quinta-feira, a discussão e votação na especialidade deveria ser agendada para o dia seguinte, como proposto.

Por seu lado, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) chamou a atenção para a degradação do trabalho na especialidade nas circunstâncias propostas e apresentou um protesto formal por aquele "golpe legislativo" sem qualquer cabimento. Propôs em alternativa o dia 9 de Dezembro como data-limite para a apresentação de propostas de alteração e que a discussão e votação na especialidade fosse agendada para a terça-feira da semana seguinte, dia 13 de Dezembro.

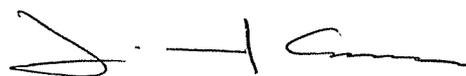
Também a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) protestou pelo "rolo compressor" da maioria, sublinhando que aquele processo legislativo é "para inglês ver".

O Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS) informou que o PS, não obstante o calendário proposto, não terá dificuldade em acompanhar a proposta apresentada pela maioria, estando mesmo em condições de apresentar propostas de alteração.

Não se verificando consenso, foi submetida à votação a proposta apresentada pelo PSD, a qual foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas dezassete horas e cinquenta minutos, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 14 de Dezembro de 2011.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO



Reunião de 06 de Dezembro de 2011

Folha de Presenças

(Acta n.º 26/XII/ 1.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Adriano Rafael Moreira
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Inês Teotónio Pereira
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva
Luísa Salgueiro
Mário Simões
Odete Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes
Pedro Roque

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Nuno Sá